



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

termo, opções, futuros e empréstimo de títulos), derivativos (futuros, termo, opções e swaps), de câmbio (dólar pronto), de títulos públicos federais (operações a vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos) e de títulos privados (operações a vista e de empréstimo de títulos).

A principal função da CCP é garantir a boa liquidação das operações cursadas em uma Clearing. Para tanto, a CCP se interpõe entre todos os participantes, tornando-se, para fins de liquidação, compradora de todos os vendedores e vendedora de todos os compradores. Assim, caso um participante deixe de cumprir com suas obrigações perante uma Clearing (por exemplo, realizar pagamentos ou entregar ativos), caberá à BM&FBOVESPA, no seu papel de CCP, acionar os mecanismos de salvaguardas da Clearing, podendo atingir, em última instância, seu próprio patrimônio. Para poder administrar os riscos inerentes a essa função, a CCP concentra suas atividades no cálculo, no controle e na mitigação do risco de crédito oferecido pelos participantes das Clearings da BM&FBOVESPA.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada Clearing da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. A estrutura de salvaguardas representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. De maneira geral, os principais itens dessa estrutura são: as garantias depositadas pelos participantes do mercado - geralmente sob a forma de margem de garantia, fundos especificamente constituídos para esse fim, patrimônio especial e a co-responsabilidade pela liquidação assumida pelas corretoras e membros/agentes de compensação.

Os modelos utilizados para o cálculo da margem de garantia baseiam-se, de forma geral, no conceito de teste de estresse, isto é, metodologia que busca aferir o risco de mercado considerando não somente a volatilidade histórica recente dos preços, mas também a possibilidade de surgimento de eventos inesperados que modifiquem os padrões históricos de comportamento dos preços e do mercado em geral.

Os principais parâmetros utilizados pelos modelos de cálculo de margem são os cenários de estresse, definidos pelo Comitê de Risco de Mercado para os fatores de risco que afetam os preços dos contratos e ativos negociados na BM&FBOVESPA. Dentre os principais fatores de risco, destacam-se a taxa de câmbio de reais por dólar, a estrutura a termo de taxa oferecida em reais, a estrutura a termo de cupom cambial, o índice Bovespa e os preços a vista das ações, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2010, as garantias depositadas pelos participantes totalizavam R\$143.087,7 milhões, volume 40,8% superior ao total depositado em 2009, de R\$101.641,1 milhões. A alta deve-se, principalmente, ao crescimento de 44,4% do volume de garantias para os produtos da Clearing de Derivativos, refletindo o aumento dos volumes negociados e das posições em aberto dos participantes do mercado.

Garantias Depositadas (R\$ milhões)			
Clearings	dez/10	dez/09	
Renda Variável e Renda Fixa Corporativa	50.702,5	36.437,4	
Títulos Públicos	22.749,9	15.665,7	
Ações	25.809,8	17.208,3	
Outras*	2.142,7	3.563,3	
Derivativos	87.534,7	60.605,5	
Títulos Públicos	76.979,3	53.754,9	
Cartas de Fiança	3.538,5	1.479,3	
Outras*	7.016,9	5.371,3	
Câmbio	3.921,7	3.766,1	
Ativos	928,8	832,1	
Total	143.087,7	101.641,1	

* Garantias depositadas em ações, títulos bancários privados, títulos internacionais, cartas de fiança, ouro, dinheiro e quotas de fundos.

RECURSOS HUMANOS

Em 2010 agregamos ao nosso time 468 funcionários e 74 estagiários e, com este número de contratações, encerramos o ano com 1.384 funcionários e 78 estagiários. A BM&FBOVESPA adota um modelo de gestão que engloba diversas frentes de atuação. Em 2010 os principais destaques foram: (i) a gestão de performance e reconhecimento que alinhado ao compromisso de meritocracia, constrói o alinhamento com os objetivos da organização e desenvolvimento individual; (ii) capacitação do nosso time, com destaque para os programas Jornada de Líderes, com foco no desenvolvimento da liderança, e de gestão do conhecimento, que neste ano e no próximo estará fortemente relacionado ao projeto de desenvolvimento da nova plataforma eletrônica de negociação em conjunto com o CME Group; (iii) qualidade de vida e benefícios: em que são oferecidas oportunidades aos funcionários e familiares para a promoção do bem

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

		BM&FBOVESPA			Consolidado		
Ativo	Notas	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante		3.010.770	3.424.607	2.432.611	2.547.589	3.468.852	2.493.995
Disponibilidades.....	4 (a)	103.148	46.746	40.921	104.017	50.779	40.227
Aplicações financeiras.....	4 (b)	2.731.324	3.257.365	2.263.590	2.264.408	3.295.356	2.322.515
Contas a receber.....	5	50.052	39.042	104.481	51.399	40.205	105.169
Outros créditos.....	6	12.253	21.598	5.955	12.917	22.656	8.419
Tributos a recuperar e antecipações.....		104.997	51.143	9.539	105.843	51.143	9.540
Despesas antecipadas.....		8.996	8.713	8.125	9.005	8.713	8.125
Não-circulante		19.410.211	17.212.509	17.333.713	20.086.386	17.368.987	17.455.485
Realizável a longo prazo		478.878	746.476	927.406	1.216.812	958.993	1.094.616
Aplicações financeiras.....	4 (b)	331.676	378.537	468.892	1.066.920	585.648	629.945
Outros créditos.....	6	626	626	6.647	2.827	4.626	11.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	19	54.687	283.824	359.354	54.687	283.824	359.354
Depósitos judiciais.....	14 (g)	91.889	83.489	92.513	92.378	84.895	93.885
Investimentos		2.353.046	100.791	92.063	2.286.537	39.723	41.235
Participações em coligadas.....	7 (a)	2.248.325	-	-	2.248.325	-	-
Participações em controladas.....	7 (a)	104.721	100.791	92.063	-	-	-
Propriedades para investimento.....	7 (b)	-	-	-	38.212	39.723	41.235
Imobilizado	8	362.400	236.941	224.657	367.134	241.939	230.001
Intangível	9	16.215.887	16.128.301	16.089.587	16.215.903	16.128.332	16.089.633
Agio.....		16.064.309	16.064.309	16.064.309	16.064.309	16.064.309	16.064.309
Softwares e projetos.....		151.578	63.992	25.278	151.594	64.023	25.324
Total do ativo		22.420.981	20.637.116	19.766.324	22.633.975	20.837.839	19.949.480

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		BM&FBOVESPA			Consolidado		
	Notas	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita operacional		2.082.349	1.651.002	2.102.554	1.672.894		
Sistema de negociação e/ou liquidação - BM&F		722.065	534.189	722.065	534.189		
Derivativos.....		701.545	513.185	701.545	513.185		
Câmbio.....		20.427	20.849	20.427	20.849		
Ativos.....		93	155	93	155		
Sistema de negociação e/ou liquidação - Bovespa		1.049.300	837.326	1.049.300	837.326		
Negociação - emolumentos de pregão.....		737.074	605.244	737.074	605.244		
Transações - compensação e liquidação.....		254.904	207.914	254.904	207.914		
Outras.....	20	57.322	24.168	57.322	24.168		
Outras receitas operacionais		310.984	279.487	331.189	301.379		
Empréstimos de valores mobiliários.....		49.443	32.989	49.443	32.989		
Listagem de valores mobiliários.....		44.392	39.549	44.392	39.549		
Depositária, custódia e back-office.....		88.263	72.167	88.263	72.167		
Acesso dos participantes de negociação.....		48.234	46.051	48.234	46.051		
<i>Vendors</i> - cotações e informações de mercado.....		67.629	64.650	67.629	64.650		
Taxa de classificação de mercadorias.....		3.898	4.304	3.898	4.304		
Bolsa Brasileira de Mercadorias - emolumentos e contribuições.....		-	-	5.669	7.146		
Banco - tarifas bancárias.....		-	-	8.043	8.290		
Outras.....	21	9.125	19.777	15.618	26.233		
Deduções da receita		(211.126)	(168.610)	(212.797)	(170.350)		
PIS e Cofins.....		(187.516)	(149.668)	(188.754)	(150.786)		
Impostos sobre serviços.....		(23.610)	(18.942)	(24.043)	(19.564)		
Receita operacional líquida		1.871.223	1.482.392	1.889.757	1.502.544		
Despesas operacionais		(608.526)	(550.959)	(633.504)	(569.832)		
Administrativas e gerais.....		(279.060)	(284.231)	(290.107)	(289.806)		
Pessoal e encargos.....		(98.074)	(98.672)	(101.690)	(102.596)		
Processamento de dados.....		(53.010)	(40.598)	(54.818)	(42.396)		
Depreciação e amortização.....		(45.533)	(42.145)	(48.102)	(45.495)		
Serviços de terceiros.....		(9.619)	(10.067)	(10.219)	(11.007)		
Manutenção em geral.....		(25.588)	(23.204)	(25.819)	(23.428)		
Locações.....		(2.226)	(2.464)	(2.763)	(3.032)		
Materiais de consumo.....		(2.619)	(2.409)	(2.690)	(2.510)		
Promoção e divulgação.....		(41.756)	(18.850)	(42.376)	(19.555)		
Impostos e taxas.....		(12.413)	(1.940)	(12.784)	(5.325)		
Honorários do conselho.....		(5.841)	(5.252)	(5.841)	(5.252)		
Diversas.....	22	(32.787)	(21.127)	(36.305)	(22.432)		
Resultado de equivalência patrimonial	7	39.665	6.374	39.238	6.374		
Resultado financeiro	23	287.406	245.216	298.024	253.862		
Receitas financeiras.....		326.057	260.251	354.806	289.686		
Despesas financeiras.....		(38.651)	(15.035)	(56.782)	(35.824)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.589.768	1.183.023	1.592.515	1.186.574		
Imposto de renda e contribuição social	19 (c)	(445.207)	(301.973)	(448.029)	(304.505)		
Corrente.....		(2.586)	34.616	(5.408)	32.085		
Diferido.....		(442.621)	(336.589)	(442.621)	(336.590)		
Lucro líquido do exercício		1.144.561	881.050	1.144.486	882.069		
Atribuído aos:							
Acionistas da BM&FBOVESPA.....		1.144.561	881.050	1.144.561	881.050		
Participação dos não-controladores.....		-	-	(75)	1.019		
Lucro por ação atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA (expresso em R\$ por ação)	15 (g)						
Lucro básico por ação.....		-	-	0,572058	0,439983		
Lucro diluído por ação.....		-	-	0,568172	0,436195		

estar nas dimensões de saúde, lazer e cultura e equilíbrio emocional; e (iv) construção da nossa cultura por meio da definição da visão, missão e valores, e engajamento dos públicos internos e externos com nosso propósito definido no nosso perfil de liderança e atributos e o posicionamento da nossa marca frente ao mercado.

OMBUDSMAN

Em 2010, o Ombudsman da BM&FBOVESPA, além de manter a essência da função, ampliou a sua abrangência e passou a atuar de forma pró-ativa, estabelecendo contato direto com os públicos de relacionamento da Companhia. Foi também definido o mandato fixo de dois anos para a função, admitindo-se no máximo duas reconduções. Ainda em 2010, a área recebeu a certificação de qualidade ISO 9001.

Serviço de atendimento ao público (SAP)

Foi realizada pesquisa de satisfação do atendimento do SAP, respondida por 24,8% do público atendido em 2010, que apontou um índice de satisfação de 97,7%.

POPULARIZAÇÃO / EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em setembro de 2010, a BM&FBOVESPA lançou campanha educativa, intitulada "Quer ser Sócio?", que faz parte da estratégia de educação e atração de investidores de varejo. Como parte dessa iniciativa, também foi criado o *hotsite* (www.querersocio.com.br), onde estão disponíveis informações necessárias para começar a investir em ações.

A estratégia de divulgação abrange TV, aberta e fechada, mídia impressa, rádio, cinema e internet.

Para dar suporte à estratégia de popularização, a BOLSA conta com uma infraestrutura de educação financeira que visa a preparar as pessoas para ingressarem no mercado de capitais de forma consciente.

As principais iniciativas nessa área são:

Estratégia Nacional de Educação Financeira, programa em que a BM&FBOVESPA efetuará a impressão do material didático, atingindo 900 escolas em vários estados;

Turma da Bolsa, com mais de 6,8 mil crianças cadastradas e mais de 91 mil acessos;

Desafio BM&FBOVESPA, com participação de mais de 270 escolas do Estado de São Paulo, além do lançamento da versão web, permitindo a participação de estudantes de todo o País;

Programa Educação Financeira, veiculado aos sábados na TV Cultura, com média de audiência domiciliar superior a 85 mil e audiência individual de quase 95 mil, além de quase 135 mil acessos ao site;

Simuladores de operações no mercado de ações e derivativos, com mais de 895 mil acessos;

BM&FBOVESPA vai até Você, com 67 eventos e mais de 50 mil pessoas atendidas.

SUSTENTABILIDADE

A missão da BM&FBOVESPA em Sustentabilidade é "Induzir, promover e praticar os conceitos e ações de responsabilidade econômica, social e ambiental visando a colaborar com o desenvolvimento sustentável". As principais realizações nessa área no ano de 2010 foram:

• Realização do primeiro inventário de emissão de gases do efeito estufa e resposta ao Carbon Disclosure Project (Dimensão de Recursos Naturais);

• Aplicação do questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE para diagnóstico interno de sustentabilidade;

• Adesão ao PRI - Princípios para o Investimento Responsável (ONU) e participação no Grupo de Trabalho (GT) de engajamento das empresas do PRI Brasil (Dimensões Governança e Relacionamento); e

• Lançamento do Índice Carbono Eficiente ICO2 (Dimensão Produtos e Serviços);

Investimento Social Privado

Em 2010, além da reformulação do Instituto BM&FBOVESPA, concentrando as ações sociais provenientes da BM&F e da BOVESPA, uma novidade foi a criação do programa interno de voluntariado, o *Em Ação*, lançado em outubro, cuja principal ferramenta é o Portal do Voluntário, parceria com o VZV - Volunteer to Volunteer (www.bvmfemacao.com.br). Até o final de 2010, haviam aderido ao programa 199 funcionários, sendo que 32 participam de um comitê gestor.

Programas e Projetos

Os principais programas e projetos desenvolvidos pelo Instituto BM&FBOVESPA são: **Bolsa de Valores Sociais e Ambientais**: reproduz o ambiente de uma bolsa, conectando doadores e projetos. Em 2010, R\$643 mil foram destinados a 18 entidades.

Espaço Esportivo e Cultural: localizado em Paraisópolis (SP), visa ao desenvolvimento integral de crianças e jovens com idade entre 6 e 18 anos por meio das artes, da cultura e da prática de esportes. Em 2010 atendeu uma média de 800 crianças e adolescentes.

Associação Profissionalizante: promove a formação pessoal e profissional de jovens de baixa renda de São Paulo e do Rio de Janeiro, preparando-os para o mercado de trabalho. Em 2010, 251 jovens foram atendidos em São Paulo e 269 no Rio de Janeiro.

Flintropia: em 2010, 69 instituições receberam doações no valor total de R\$1,35 milhão.

Clube de Atletismo: visa ao desenvolvimento pelo esporte por meio da inclusão social e ge-

ração de atletas de alta performance. A equipe conta com 111 atletas. Em 2011, conquistou o Troféu Brasil, os Jogos Abertos do Interior e os Jogos Regionais, além de Medalha de Prata nos Jogos Olímpicos da Juventude. Em sua equipe figuram nomes como Marilson Gomes dos Santos e Fabiana Murer.

BM&FBOVESPA SUPERVISÃO DE MERCADOS (BSM)

A BSM atua na fiscalização do mercado de valores mobiliários, cuja integridade busca fortalecer. Desde a sua constituição, a BSM sempre esteve perfeitamente adequada aos princípios e às regras da Instrução CVM nº 461/07, que disciplina os mercados regulamentados de valores mobiliários. Desta maneira, a BSM sempre atuou como órgão auxiliar da CVM no que concerne à observância da regulação dos mercados da bolsa.

Dando continuidade às ações de fortalecimento e de aprimoramento constante dos instrumentos de regulação e de autorregulação do mercado de valores mobiliários, a BSM, pautada por um estreito relacionamento com os órgãos reguladores, ao longo de 2010, empreendeu diversas iniciativas, algumas das quais são destacadas a seguir.

A BSM implantou nova metodologia mediante o uso de ferramental estatístico, que viabilizou a ampliação da análise das operações cursadas nos ambientes de negociação da BM&FBOVESPA, bem como a emissão de alertas sobre operações com índices de infrações. Isso possibilitou maior eficiência na análise de operações conduzidas pelos colaboradores da BSM, que desde então focam sua atenção exclusivamente sobre operações que apresentem fortes indícios de irregularidades. Cabe destacar, ainda, que o programa de auditoria aplicado em 2010 incorporou importantes aperfeiçoamentos nas análises quanto ao combate à lavagem de dinheiro.

AUDITORIA EXTERNA

A Companhia e suas controladas contrataram a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras.

A política para contratação dos serviços de auditoria externa pela Companhia e suas controladas fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos, que preservam a independência dos trabalhos dessa natureza e consistem nas seguintes práticas: (i) o auditor não pode desempenhar funções executivas e gerenciais na Companhia nem nas controladas; (ii) o auditor não pode exercer atividades operacionais na Companhia e nas controladas que venham a comprometer a eficácia dos trabalhos de auditoria; e (iii) o auditor deve manter a imparcialidade - evitando a existência de conflito de interesse e a perda de independência - e a objetividade em seus pareceres e pronunciamentos sobre as demonstrações financeiras.

No exercício de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalam, estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas em nosso Estatuto Social, nas disposições da Lei 6



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Ajustes de avaliação patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de Reais)

	BM&FBOVESPA		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	1.144.561	881.050	1.144.486	882.069
Ajustes de avaliação patrimonial	(166.076)	77.396	(166.076)	77.396
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(117.266)	117.266	(117.266)	117.266
Efeito fiscal sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	39.870	(39.870)	39.870	(39.870)
Variação cambial sobre investimento em coligada no exterior	(133.238)	-	(133.238)	-
Hedge de investimento líquido no exterior	59.547	-	59.547	-
Efeito fiscal sobre Hedge de investimento líquido no exterior	(20.246)	-	(20.246)	-
Efeito reflexo sobre resultado abrangente de coligada no exterior	5.257	-	5.257	-
Total do resultado abrangente	978.485	958.446	978.410	959.465
Atribuído aos:	978.485	958.446	978.410	959.465
Acionistas da BM&FBOVESPA	978.485	958.446	978.485	958.446
Acionistas não-controladores	-	-	(75)	1.019

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de Reais)

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora			Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reservas de reavaliação (Nota 15(c))		
Saldos em 1º de janeiro de 2009		2.540.239	16.432.624	24.131		
Ajuste de marcação a mercado de ativo financeiro disponível para venda (Resultado abrangente)		-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação - controladas		-	-	(580)	-	(580)
Recompra de ações		-	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria - exercício de opções	18	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações		-	59.636	-	-	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Destinações do lucro:						
Dividendos	15(f)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	15(f)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009		2.540.239	16.492.260	23.551		
Ajuste de marcação a mercado de ativo financeiro disponível para venda		-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento no exterior		-	-	-	-	-
Hedge de investimento, líquido de impostos		-	-	-	-	-
Efeito reflexo sobre resultado abrangente de coligada no exterior		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação - controladas		-	-	(580)	-	-
Recompra de ações		-	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria - exercício de opções	18	-	(34.930)	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	18	-	30.921	-	-	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	15(f)	-	-	-	-	-
Efeito da reversão de menos valia, líquido de impostos	26	-	-	-	-	-
Recomposição de reservas pela reversão de menos valia	26	-	174.229	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	3.453	282.928	-
Destinações do lucro:						
Dividendos	15(f)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	15(f)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		2.540.239	16.662.480	22.971	3.453	844.205

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e que tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração de mercados organizados de títulos e valores mobiliários, zelando por organização, funcionamento e desenvolvimento de mercados livres e abertos para a negociação de quaisquer espécies de títulos ou contratos que possuam como referência ou tenham por objeto ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias, moedas, energias, transportes, commodities e outros bens ou direitos direta ou indiretamente relacionados a tais ativos, nas modalidades a vista ou de liquidação futura;
- Manutenção de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações especiais envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos, no mercado de bolsa e no mercado de balcão organizado;
- Prestação de serviços de registro, compensação e liquidação, física e financeira, por meio de órgão interno ou sociedade especialmente constituída para esse fim, assumindo ou não a posição de contraparte central e garantidora da liquidação definitiva, nos termos da legislação vigente e de seus próprios regulamentos;
- Prestação de serviços de depositária central e de custódia fungível e infungível de mercadorias, de títulos e valores mobiliários e de quaisquer outros ativos físicos e financeiros;
- Prestação de serviços de padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, biblioteca e software sobre assuntos que interessem à BM&FBOVESPA e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados;
- Prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, bem como exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados;
- Exercício de outras atividades afins ou correlatas expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- Participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor.

A BM&FBOVESPA organiza, desenvolve e provê o funcionamento de mercados livres e abertos de títulos e valores mobiliários, nas modalidades a vista e de liquidação futura. Suas atividades estão organizadas por meio de seus sistemas de negociação e de suas clearings e abrangem operações com títulos e valores mobiliários, mercado interbancário de câmbio e títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A BM&FBOVESPA desenvolve soluções tecnológicas e mantém sistemas de alta performance, proporcionando aos seus clientes segurança, rapidez, inovação e eficiência de custos. O sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas de negociação e liquidação e de sua capacidade de desenvolver e licenciar tecnologias de ponta necessárias ao bom desempenho de suas funções.

Por meio da controlada Bolsa Brasileira de Mercadorias, atua no registro e na liquidação de operações envolvendo mercadorias, bens e serviços para entrega física, bem como dos títulos representativos desses produtos, nos mercados primário e secundário e nas modalidades a vista, a termo e de opções.

Com o intuito de atender aos clientes e às especificidades de seu mercado de atuação, por meio de sua subsidiária integral, Banco BM&F de Serviços de Liquidação e Custódia S.A., oferece aos detentores de direitos de acesso e às suas clearings a centralização da custódia dos ativos depositados como margem de garantia das operações.

A BM&F USA Inc., subsidiária integral, localizada na cidade de Nova Iorque com escritório de representação em Xangai e uma subsidiária integral em Londres (BM&FBOVESPA (UK) LTD. - constituída no quarto trimestre de 2009), tem como objetivo representar a BM&FBOVESPA no exterior, mediar o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores, bem como auxiliar a prospecção de novos clientes para o mercado.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA em 17 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da BM&FBOVESPA. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3(v).

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela BM&FBOVESPA. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e da demonstração do resultado, estão descritas na Nota 26.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da BM&FBOVESPA, das empresas controladas e das entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

	Participação %
Sociedades e entidades controladas	
Banco BM&F de Liquidação e Custódia S.A. ("Banco BM&F")	100,00
Bolsa Brasileira de Mercadorias	50,12
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BV RJ ("BV RJ")	86,09
BM&F USA Inc.	100,00
Fundos de investimento exclusivos:	
Supremo Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Letters	
(b) Demonstrações financeiras individuais	
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.	

Nas demonstrações financeiras individuais (BM&FBOVESPA) as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

3. Principais práticas contábeis

a. Consolidação

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a BM&FBOVESPA tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a BM&FBOVESPA controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a BM&FBOVESPA. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela BM&FBOVESPA.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BM&FBOVESPA tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da BM&FBOVESPA em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da BM&FBOVESPA nos lucros ou prejuízos de coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da BM&FBOVESPA nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a BM&FBOVESPA não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a BM&FBOVESPA e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da BM&FBOVESPA nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as práticas adotadas pela BM&FBOVESPA.

b. Reconhecimento de receita

As receitas originadas do sistema de negociação e liquidação são reconhecidas no momento da realização das transações ou da prestação do serviço, de acordo com a competência. Os valores recebidos a título de anuidades, caso da listagem de valores mobiliários e de alguns contratos de comercialização de informações sobre o mercado, são reconhecidos proporcional e mensalmente no resultado do período em relação ao período da prestação do serviço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

d. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A BM&FBOVESPA classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da BM&FBOVESPA compreendem contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são "não derivativos" designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda em seu valor recuperável (*impairment*).

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a BM&FBOVESPA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, como por exemplo, os modelos de precificação de opções.

A BM&FBOVESPA avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorada.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo, com as

variações do valor justo lançadas contra o resultado.

(iii) Hedge de investimento líquido

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no resultado abrangente. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos". Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

e. Contas a receber, outros créditos e provisão para perdas com crédito

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da BM&FBOVESPA. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da BM&FBOVESPA), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores duvidosos "PDD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão, se necessária.

f. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas registram basicamente os valores decorrentes de contratos de manutenção de softwares e prêmios de seguros, sendo essas despesas amortizadas conforme a duração do contrato em vigor.

g. Ativos intangíveis

Um ativo intangível é um ativo não-monetário identificável sem substância física ou, então, o ágio (*goodwill*).

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Softwares e projetos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela BM&FBOVESPA e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração da equipe de desenvolvimento de softwares.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9.

h. Aquisição em etapas de coligada

O custo de uma coligada adquirida em etapas é mensurado pela soma dos valores pagos em cada transação.

Os ganhos ou perdas reconhecidos anteriormente no resultado abrangente, enquanto classificado como disponível para venda, são revertidos em contrapartida ao investimento para recomposição do custo de aquisição.

O ágio é apurado em cada fase de aquisição pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos, proporcionais à participação adquirida.

O valor contábil total do investimento é testado para fins de identificação de potencial redução ao valor recuperável, através da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior), sempre que os requisitos do CPC 38/IAS 39 indicarem que o investimento possa estar afetado, ou seja, que indiquem alguma perda por redução ao seu valor recuperável.

i. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade; e, no posicionamento de tribunais, sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos não mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados nem possuem a obrigatoriedade de serem divulgados.
- **Obrigações legais** - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
- **Outras provisões** - As provisões são reconhecidas quando a BM&FBOVESPA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
- **k. Depósitos judiciais**
Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

I. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos e de realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

m. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

n. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a BM&FBOVESPA fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pela vida útil. Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são reconhecidos diretamente no resultado.

o. Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

A BM&FBOVESPA não possui planos de benefício definido. A BM&FBOVESPA oferece aos seus funcionários um plano de contribuição definida e fez contribuições em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Remuneração com base em ações (opções de ações)

A BM&FBOVESPA oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da BM&FBOVESPA, segundo os quais a BM&FBOVESPA recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas relativas a serviços a serem prestados é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas), que geralmente representa o período no qual o serviço é prestado. Na data do balanço, a BM&FBOVESPA revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido, prospectivamente.

(iii) Participação nos lucros

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da BM&FBOVESPA.

p. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

q. Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do consolidado BM&FBOVESPA são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da BM&FBOVESPA.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício/período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no resultado abrangente originados de operações de *hedge* de investimento no exterior.

No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da BM&FBOVESPA, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no resultado abrangente da BM&FBOVESPA, e somente são levados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas e coligadas são eliminados.

As variações cambiais de ativos financeiros não-monetários relacionados às ações do CME Group, classificadas como disponível para venda até julho de 2010, estão incluídas no resultado abrangente. Após Julho de 2010, o investimento no CME Group passou a ser contabilizado pelo método de equivalência patrimonial (Nota 7) e os efeitos cambiais reconhecidos no resultado abrangente.

r. Tributos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A BM&FBOVESPA é uma sociedade anônima com fins lucrativos e, portanto, tem seus resultados sujeitos a determinados tributos e contribuições abaixo relacionados.

As provisões para imposto de renda, contribuição social e demais tributos foram calculadas às alíquotas a seguir apresentadas:

• Imposto de renda	15,00%
• Adicional de imposto de renda	10,00%
• CSLL	9,00%
• PIS	1,65%
• Cofins	7,60%

O Banco BM&F de Serviços de Liquidação e Custódia S.A. calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente e CSLL a 15%.

As controladas Bolsa Brasileira de Mercadorias e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) são entidades sem fins lucrativos e calculam o PIS à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

s. Lucro por ação

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível a BM&FBOVESPA, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em aberto durante o período, já o lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição, atribuíveis a opções de compra de ações (Nota 15(g)), tivessem sido emitidas durante os períodos respectivos.

t. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da BM&FBOVESPA é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da BM&FBOVESPA. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral.

u. Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais e estratégicas da BM&FBOVESPA.

v. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

i) Equivalência patrimonial

A BM&FBOVESPA aplica o método de equivalência patrimonial para avaliar investimentos em empresas que possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da BM&FBOVESPA quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores-chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente a BM&FBOVESPA testa eventuais reduções ao valor recuperável dos ativos, especificamente relacionadas ao ágio e ao ativo permanente, de acordo com prática contábil descrita na Nota 3(m).

iii) Classificação de instrumentos financeiros

A BM&FBOVESPA classifica os ativos financeiros nas categorias de (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) disponíveis para venda. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. O registro dos ativos financeiros, a partir da sua classificação inicial, estão descritas na Nota 3(d).

iv) Plano de opção de ações (stock options)

A BM&FBOVESPA oferece aos seus empregados e executivos plano de opção de ações. O valor justo dessas opções é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido. A Administração revisa a quantidade estimada de opções que atingirão as condições de vesting e reconhece subsequentemente o impacto da alteração nas estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido, conforme apresentado na Nota 3(o).

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa os seguintes saldos foram considerados como caixa e equivalentes de caixa:

	BM&FBOVESPA		
Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bancos conta movimento em moeda nacional	3.277	62	23.178
Bancos conta movimento em moeda estrangeira	99.871	46.684	17.743
Total	103.148	46.746	40.921

	Consolidado		
Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bancos conta movimento em moeda nacional	3.622	160	21.824
Bancos conta movimento em moeda estrangeira	100.395	50.619	18.403
Total	104.017	50.779	40.227

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras nacionais ou no exterior de primeira linha. Os depósitos em moeda estrangeira são basicamente em dólares.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras por categoria, natureza e faixa de vencimento estão demonstradas a seguir:

	BM&FBOVESPA							
Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (3)								
Fundos de investimento financeiro (1)	1.676.725	-	-	-	-	1.676.725	1.518.855	1.260.807
Depósito no exterior remunerado	-	-	-	-	-	-	-	181.317
Operações compromissadas	-	-	935.617	-	-	935.617	1.015.439	292.321
Letras Financeiras do Tesouro	-	90	94.433	331.045	-	425.568	383.353	373.593
Ações	15.603	-	-	-	-	15.603	11.604	126
Outras aplicações	8.230	586	40	631	-	9.487	11.079	46.012
Total	1.700.558	676	1.030.090	331.676	-	3.063.000	2.940.330	2.154.176
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Ações CME Group (2)	-	-	-	-	-	-	695.572	578.306
Total de aplicações financeiras	1.700.558	676	1.030.090	331.676	-	3.063.000	3.635.902	2.732.482
Curto prazo						2.731.324	3.257.365	2.263.590
Longo prazo						331.676	378.537	468.892

	CONSOLIDADO							
Descrição	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (3)								
Fundos de investimento financeiro (1)	204.740	-	-	-	-	204.740	977.428	881.734
Depósito no exterior remunerado	-	-	-	-	-	-	-	181.317
Operações compromissadas	-	898.570	953.520	-	-	1.852.090	1.488.578	486.327
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.901	171.819	1.057.798	1.011	1.235.529	644.407	736.442
Letras do Tesouro Nacional	-	2.808	1.330	-	-	4.138	40.333	63.018
Ações	17.838	-	-	-	-	17.838	13.126	126
Outras aplicações	8.256	586	40	8.111	-	16.993	21.560	25.190
Total	230.834	906.865	1.126.709	1.065.909	1.011	3.331.328	3.185.432	2.374.154
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Ações CME Group (2)	-	-	-	-	-	-	695.572	578.306
Total de aplicações financeiras	230.834	906.865	1.126.709	1.065.909	1.011	3.331.328	3.881.004	2.952.460
Curto prazo						2.264.408	3.295.356	2.322.515
Longo prazo						1.066.920	585.648	629.945

(1) Referem-se a investimentos em fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento financeiro, cujas carteiras estão basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário e possuem como *benchmark* de rentabilidade o CDI. Os saldos apresentados no quadro da BM&FBOVESPA também incluem os fundos de investimento exclusivos que foram consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a natureza da carteira.
O patrimônio líquido dos fundos de investimento exclusivos incluídos no processo de consolidação das demonstrações financeiras é de: (i) Supremo Renda Fixa - FICFI - R\$258.625 (31 de dezembro de 2009 - R\$364.792; 1º de janeiro de 2009 - R\$378.303); (ii) Bradesco FI Multimercado Letters - R\$723.402 (31 de dezembro de 2009 - R\$176.550; 1º de janeiro de 2009 - R\$1.154); (iii) Megainvest FICFI Renda Fixa - R\$629.049.

Os principais fundos de investimento não consolidados estão demonstrados no quadro a seguir:

BM&FBOVESPA e Consolidado			
Fundo	Banco	Características	
FIC Megainvest	Santander	Fundo exclusivo que aplica em cotas de fundos abertos;	
FIC Referenciado DI Federal	Bradesco	Fundo aberto que aplica em cotas de fundo de investimento;	
FIC Bradesco 777	Bradesco	Fundo exclusivo que aplica em cotas de fundos abertos.	
(2) A partir de julho de 2010, as ações do CME Group passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, com a reversão da perda no valor recuperável, líquida do efeito fiscal, diretamente contra lucros acumulados (Nota 7).			
(3) Os títulos públicos encontram-se custodiados no Selic; as cotas de fundos de investimentos estão custodiadas junto aos respectivos administradores; e as ações estão custodiadas junto à Clearing de Ações e Renda Fixa Privada da BM&FBOVESPA.			

Classificação

Devido à natureza e objetivo da BM&FBOVESPA e de suas aplicações financeiras, estas são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, designados pela administração no momento inicial da contratação e disponível para venda.

Valor justo

O valor justo das principais aplicações financeiras é determinado da seguinte maneira:
Cotas de fundos de investimento - valor justo determinado com base no valor da cota apurada no dia útil anterior divulgada pelo respectivo Administrador.
Títulos públicos federais - são valorizados de acordo com os valores e preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ou, na ausência destes, pelo preço definido pela administração que melhor reflita seu valor de venda, apurado através de pesquisas junto a outras instituições.
Conforme orientado pelo CPC40/IFRS7, os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos são classificados como nível 1, isto é, possuem preços cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados por contratos de mercado futuro de taxa de juros (DI1) demonstrados ao seu valor de mercado. Esses contratos são integrantes das carteiras dos fundos exclusivos que foram consolidados (Nota 2) e são utilizados com o objetivo de cobrir exposições ao risco de taxa de juros prefixada, passando-as para taxa de juros pós-fixada (CDI). Embora tais derivativos tenham o objetivo de proteção, por opção da Administração a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) não é adotada para esses casos. O resultado líquido entre as operações com derivativos e o instrumento financeiro relacionado refere-se à posição vendida de contratos de juros futuros, com valor de mercado de R\$686 (2009 - R\$396).

Os contratos de DI1 têm os mesmos vencimentos que as posições prefixadas a que estão relacionados.

Política de gestão de riscos financeiros

A BM&FBOVESPA possui política de aplicação do saldo em caixa que privilegia alternativas de baixíssimo risco, o que se traduz em proporção expressiva de títulos públicos federais na sua carteira, sendo adquiridos de forma direta, via operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e também por intermédio de fundos exclusivos e abertos. Assim, de forma geral, a BM&FBOVESPA tem por princípio direcionar a maior parte de suas aplicações em ativos financeiros conservadores, de altíssima liquidez e risco soberano, cuja performance geral esteja atrelada à taxa Selic/CDI.

Análise de sensibilidade

O quadro a seguir demonstra a exposição dos instrumentos financeiros por fator de risco de mercado:

Fatores de Risco (Consolidado)				
Fator de Risco	Risco	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Juros - Posição Pós-fixada	Queda do CDI	99,35%	98,03%	96,68%
Juros - Posição Prefixada	Alta da pré	0,35%	1,27%	1,78%
Cambial	Alta do dólar	0,05%	0,50%	1,37%
Ouro	Queda do ouro	0,25%	0,20%	0,17%
		100,00%	100,00%	100,00%

Risco de Taxa de Juros

Advém da possibilidade de oscilações das taxas de juros futuras para os respectivos vencimentos poderem gerar um impacto sobre os valores justos das operações da BM&FBOVESPA.

• Posição Pós-fixada

Como política de aplicações financeiras e tendo em vista a necessidade de liquidez imediata com o menor impacto possível das flutuações das taxas, a BM&FBOVESPA mantém seus ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes ou pós-fixadas. Apresentamos no quadro a seguir, conforme requerido pela CVM, os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa CDI, por se tratar de maior exposição do fator de risco.

		Impacto no resultado (Cenário para 3 meses)				
	Fator de risco	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%

Aplicações financeiras	CDI/Selic	44.497	66.094	87.282	108.079	128.502
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,51%	8,27%	11,03%	13,79%	16,54%
• Posição Prefixada						
A BM&FBOVESPA possui parte de suas aplicações financeiras em taxas prefixadas resultando em uma exposição líquida aplicada em taxas de juros prefixadas. No entanto em termos percentuais, tendo em vista os valores envolvidos, seus impactos na carteira não são considerados relevantes.						

Risco Cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio sobre a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros ativos e passivos poderem gerar impactos nos valores envolvidos em moeda nacional.

Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, incluindo-se o pagamento de juros das *senior unsecured notes* no próximo exercício, a BM&FBOVESPA possui depósitos de terceiros em moeda estrangeira para a garantia de liquidação de operações por parte de investidores estrangeiros e ainda, recursos próprios no exterior. Em 31 de dezembro de 2010 a exposição líquida da BM&FBOVESPA em moeda estrangeira era negativa em R\$1.820 (31 de dezembro de 2009 - positiva em R\$16.930; 1º de janeiro de 2009 - positiva em R\$30.165).

7. Investimentos

a. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas e coligadas estão compostas da seguinte forma:

		Quantidade total de ações						Resultado equivalência patrimonial	Resultado equivalência patrimonial
	Patrimônio líquido ajustado	patrimoniais	Resultado ajustado	% Participação	Investimento 31/12/2010	Investimento 31/12/2009	Investimento 01/01/2009	2010	2009
Sociedades									
Controladas									
Banco BM&F de Liquidação e Custódia S.A.	44.935	24.000	4.980	100	44.935	39.955	34.680	4.980	5.275
Bolsa Brasileira de Mercadorias Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRFJ	15.983 59.736	405 115	(4) 153	50,12 86,09	8.011 51.427	8.013 51.875	7.934 48.381	(2) 132	79 4.074
BM&F USA Inc.....	348	1.000	(3.683)	100	348	948	1.068	(3.683)	(3.054)
Coligada									
CME Group, Inc. (1).....	33.424.138	66.793.000	699.126	5,08	2.248.325	-	-	38.238	-
Total					2.353.046	100.791	92.063	39.665	6.374



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

(1) Constituição de reserva legal não requerida em função de seu valor somado ao valor das reservas de capital ultrapassar 30% do capital social. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/deliberados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Deliberação	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 12/05/2009	0,055931	112.000
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 11/08/2009	0,070653	141.500
Dividendos ...	RCA BVMF - 11/08/2009	0,016727	33.500
Dividendos ...	RCA BVMF - 10/11/2009	0,074888	150.000
Juros sobre o capital próprio (1)	RCA BVMF - 17/12/2009	0,009976	20.000
Dividendos (2)	RCA BVMF - 23/02/2010	0,123516	248.000
Total proposto/deliberado referente ao exercício de 2009			705.000
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 23/02/2010	0,014951	30.000
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 25/03/2010	0,029890	60.000
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 11/05/2010	0,068231	137.000
Juros sobre o capital próprio ...	RCA BVMF - 12/08/2010	0,022422	45.000
Dividendos ...	RCA BVMF - 12/08/2010	0,098957	198.600
Dividendos ...	RCA BVMF - 09/11/2010	0,119101	235.875
Juros sobre o capital próprio (1)	RCA BVMF - 16/12/2010	0,016156	32.000
Total proposto/deliberado referente ao exercício de 2010			738.475

(1) Em dezembro de 2010, a BM&FBOVESPA deliberou R\$32.000 a título de juros sobre o capital próprio adicional ao mínimo obrigatório, o qual foi pago em 19 de janeiro de 2011 (dezembro de 2009 - R\$20.000 pago em 08 de janeiro de 2010).

(2) Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de pagamento aos acionistas do montante de R\$ 248.000, a título de complemento de dividendos relativos ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

g. Lucro por ação

Consolidado			
		2010	2009
Numerador			
Lucro líquido disponível para os acionistas da BM&FBOVESPA			
Denominador		1.144.561	881.050
Média ponderada de ações em circulação		2.000.777.767	2.002.462.000
Lucro por ação básico (em R\$)		0,572058	0,439983

Consolidado			
		2010	2009
Diluído			
Numerador			
Lucro líquido disponível para os acionistas da BM&FBOVESPA			
Denominador		1.144.561	881.050
Média ponderada de ações em circulação ajustada pelos efeitos dos planos de opções de ações		2.014.463.310	2.019.853.324
Lucro por ação diluído (em R\$)		0,568172	0,436195

16. Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos com partes relacionadas

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Receita/(despesa) 2010	2009
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ					
Contas a pagar.....	(2.315)	(1.839)	(1.361)	-	-
Contribuição de associados sobre títulos patrimoniais.....	-	-	-	(475)	(475)
Banco BM&F de Serviços de Liquidação e Custódia S.A.					
Disponibilidades.....	17	9	2.760	-	-
Contas a receber.....	527	543	457	-	-
Contas a pagar.....	-	-	(831)	-	-
Operações de câmbio a liquidar	153	3.549	-	-	-
Recuperação de despesas.....	-	-	-	5.402	5.898
Bolsa Brasileira de Mercadorias					
Contas a receber.....	5	88	-	-	-
Contas a pagar.....	(337)	(157)	(70)	-	-
Contribuição mínima sobre títulos patrimoniais.....	-	-	-	(1.319)	(669)
Recuperação de despesas.....	-	-	-	115	295
BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados					
Contas a receber.....	452	1.257	-	-	-
Recuperação de despesas.....	-	-	-	2.570	2.419
CME Group Inc.					
Despesas com operações.....	-	-	-	106	-
Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos					
Contas a receber.....	23	9	-	-	-
Valores a repassar.....	-	(2.907)	-	-	-
Instituto BM&FBOVESPA					
Contas a receber.....	1	1.501	-	-	-
Contas a pagar.....	-	(9)	-	-	-
Associação BM&F					
Contas a receber.....	6.947	6.901	4.295	-	-
Contas a pagar.....	-	(9)	-	-	-
Outras empresas					
Contas a receber.....	25	11	-	-	-
Contas a pagar.....	-	(25)	-	-	-

As principais transações com partes relacionadas estão descritas a seguir e foram efetuadas nas seguintes condições:

A BM&FBOVESPA paga à BVRJ e à Bolsa Brasileira de Mercadorias os "Emolumentos Mínimos", que são devidos em razão da detenção da titularidade de títulos patrimoniais dessas associações.

A BM&FBOVESPA, mediante solicitação do Banco BM&F, da Bolsa Brasileira de Mercadorias e da Associação BM&F, contrata empresas especializadas na prestação de serviços de tecnologia da informação para o fim de auxiliar nas atividades dessas, repassando os custos incorridos, integralmente, no caso das duas primeiras entidades.

Com relação ao Banco BM&F, foi celebrado um instrumento contratual com a BM&FBOVESPA que, além de disciplinar a ocupação de imóvel de propriedade desta, prevê a utilização de sua infra-estrutura tecnológica e logística, bem como de seu pessoal, mediante repasse dos respectivos custos.

A BSM possui um acordo de transferência e de recuperação de custos firmado com a BM&FBOVESPA, o qual prevê o reembolso à BM&FBOVESPA do valor mensal pago por conta de despesas relativas à contratação de recursos e à infra-estrutura, disponibilizados à BSM para auxílio na execução de suas atividades de supervisão.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretor de Auditoria, Diretor do Banco BM&F e Diretora de Recursos Humanos.

	2010	2009
Benefícios a administradores		
Benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, etc.)	25.211	15.808
Benefícios pós-emprego	12	49
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	614	10.228
Remuneração baseada em ações (1)	8.307	14.878
(1) Refere-se à despesa aprovada no exercício relativa às opções de ações detidas pelo pessoal-chave da administração, despesa esta reconhecida conforme critérios descritos na Nota 18.		

17. Garantia das operações

a. Gerenciamento de riscos

Risco de crédito - Atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central garantidora dos mercados (Clearing)

A BM&FBOVESPA administra quatro câmaras de compensação e liquidação (clearings) consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as Clearings de Derivativos, de Câmbio, de Ativos e de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC).

As atividades desenvolvidas pelas clearings da BM&FBOVESPA são amparadas pela Lei 10.214, de 27 de março de 2001, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das clearings sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das clearings, inclusive nos casos de insolvência civil, concordata, intervenção, falência e liquidação extrajudicial.

Por intermédio de suas clearings, a BM&FBOVESPA atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futuros, termo, opções e swaps), de câmbio (dólar pronto), de títulos públicos federais (operações a vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos), de renda variável (operações a vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos) e de títulos privados (operações a vista e de empréstimo de títulos). Em outras palavras, ao exercer o papel de clearing, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor.

A atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de garantia das clearings, a BM&FBOVESPA pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

As clearings da BM&FBOVESPA não apresentam exposição direta ao risco de mercado, uma vez que não possuem posições liquidamente compradas ou liquidamente vendidas nos diversos contratos e ativos negociados. No entanto, o aumento da volatilidade dos preços pode afetar a magnitude dos valores a serem liquidados pelos diversos participantes do mercado, podendo também elevar a probabilidade de inadimplência de tais participantes. Além disso, conforme já destacado, as clearings são responsáveis pela liquidação das operações de participante que se torne inadimplente, o que pode resultar em perdas para a BM&FBOVESPA caso os valores devidos superem o valor das garantias disponíveis. Assim, apesar da inexistência de exposição direta ao risco de mercado, este é capaz de impactar e potencializar os riscos de crédito assumidos.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada clearing da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. A estrutura de salvaguardas de uma clearing representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. Os referidos sistemas e estruturas encontram-se detalhadamente descritos nos regulamentos e nos manuais das respectivas clearings, tendo sido objeto de testes e de homologação pelo Banco Central do Brasil, na forma da Resolução 2.882/01 do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.057/01 do Bacen.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da Clearing de Derivativos encontram-se descritos a seguir:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de derivativos;
- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do membro de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes;
- Fundo de Desempenho Operacional, com valor de R\$1.162.122 (31 de dezembro de 2009 - R\$1.126.126; 1º de janeiro de 2009 - R\$1.145.908), formado por recursos aportados por detentores de direito de liquidação na Clearing de Derivativos (membros de compensação) e detentores de direito de negociação irrestrito, com a finalidade exclusiva de garantir as operações;
- Fundo de Operações do Mercado Agropecuário, com valor de R\$50.000 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, destinado a manter recursos da BM&FBOVESPA para garantir a boa liquidação de operações com contratos referenciados em commodities agropecuárias;
- Fundo Especial dos Membros de Compensação, com valor de R\$40.000 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, destinado a manter recursos da BM&FBOVESPA para garantir a boa liquidação das operações, independentemente do tipo de contrato;
- Fundo de Liquidação de Operações, com valor de R\$408.509 (31 de dezembro de 2009 - R\$378.113; 1º de janeiro de 2009 - R\$387.235), formado por garantias aportadas pelos Membros de Compensação da Clearing, destinado a garantir a boa liquidação das operações,

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Companhia Aberta
CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452



depois de esgotados os recursos dos dois fundos anteriores;

• Patrimônio especial com valor de R\$34.807 (31 de dezembro de 2009 - R\$31.678; 1º de janeiro de 2009 - R\$28.808), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da Clearing de Câmbio são os seguintes:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de câmbio;
- Fundo de Participação, com valor de R\$162.235 (31 de dezembro de 2009 - R\$154.056; 1º de janeiro de 2009 - R\$140.584), formado por garantias aportadas pelos participantes da Clearing, destinado a garantir a boa liquidação das operações;
- Fundo Operacional da Clearing de Câmbio, com valor de R\$50.000 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com a finalidade de manter recursos da BM&FBOVESPA para cobrir danos decorrentes de falhas operacionais ou administrativas;

• Patrimônio especial com valor de R\$34.848 (31 de dezembro de 2009 - R\$31.714; 1º de janeiro de 2009 - R\$28.808), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da Clearing de Ativos são os seguintes:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de títulos públicos federais;
- Fundo Operacional da Clearing de Ativos, com valor de R\$40.000 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com a finalidade de manter recursos da BM&FBOVESPA para cobrir prejuízos decorrentes de falhas operacionais ou administrativas dos participantes;
- Patrimônio especial com valor de R\$24.536 (31 de dezembro de 2009 - R\$22.373; 1º de janeiro de 2009 - R\$20.277), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da Clearing de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC), por fim, encontram-se descritos a seguir:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado da CBLC;
- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do agente de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes;
- Fundo de Liquidação, com valor de R\$485.409 (31 de dezembro de 2009 - R\$322.268; 1º de janeiro de 2009 - R\$350.210), formado por garantias aportadas pelos Agentes de Compensação, destinado a garantir a boa liquidação das operações;
- Patrimônio especial com valor de R\$37.210 (31 de dezembro de 2009 - R\$33.877; 1º de janeiro de 2009 - R\$30.374), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

A política de administração de risco adotada pelas clearings é estabelecida pelo Comitê de Risco de Mercado da BM&FBOVESPA, do qual participam diretores da BM&FBOVESPA, incluindo os diretores Executivos das Clearings, Depositária e de Risco, de Operações e TI e de Produtos, bem como os diretores de Administração de Risco e de Liquidação, dentre outros. Dentre as atribuições do Comitê, destacam-se (i) a avaliação da conjuntura macroeconômica e política e de seus efeitos sobre os mercados administrados pela BM&FBOVESPA; (ii) a determinação dos modelos utilizados para cálculo de margens de garantia e para controle do risco intradiário dos negócios realizados; (iii) a definição dos parâmetros utilizados por tais modelos, em especial os cenários de estresse referentes a cada tipo de fator de risco; (iv) os ativos aceitos em garantia, sua forma de valorização, os limites máximos de utilização e os fatores de deságio aplicáveis; e (v) outros estudos e análises.

Pelos valores envolvidos, pode-se dizer que o principal item da estrutura de salvaguardas das clearings são as garantias depositadas pelos participantes que realizam os negócios. Para a maioria dos contratos e operações com ativos, o valor exigido em garantia é dimensionado para cobrir o risco de mercado do negócio, ou seja, sua volatilidade de preço, durante o horizonte de tempo esperado para a liquidação das posições de um participante inadimplente. Esse horizonte de tempo pode variar conforme a natureza dos contratos e ativos negociados. Os modelos utilizados para o cálculo da margem de garantia baseiam-se, de uma forma geral, no conceito de teste de estresse, isto é, metodologia que busca aferir o risco de mercado considerando não somente a volatilidade histórica recente dos preços, mas também a possibilidade de surgimento de eventos inesperados que modifiquem os padrões históricos de comportamento dos preços e do mercado em geral.

Os principais parâmetros utilizados pelos modelos de cálculo de margem são os cenários de estresse, definidos pelo Comitê de Risco para os fatores de risco que afetam os preços dos contratos e ativos negociados na BM&FBOVESPA. Dentre os principais fatores de risco destacam-se a taxa de câmbio de reais por dólar, a estrutura a termo de taxa prefixada em reais, a estrutura a termo de cupom cambial, o índice Bovespa e os preços à vista das ações, dentre outros.

Para a definição dos cenários de estresse, o Comitê de Risco utiliza uma combinação de análises quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa é feita com o apoio de modelos estatísticos de estimação de risco, como EVT (*extreme value theory*), estimação de volatilidades implícitas e por meio de modelos condicionais do tipo Garch, além de simulações históricas. A análise qualitativa, por sua vez, considera aspectos relacionados à conjuntura econômica e à política, nacional e internacional, e seus possíveis impactos sobre os mercados administrados pela BM&FBOVESPA.

Risco de mercado - Aplicação dos recursos em caixa

Considerando a importância do patrimônio da BM&FBOVESPA como último recurso disponível na estrutura de salvaguardas de suas clearings, a política de aplicação do saldo em caixa privilegia alternativas de baixíssimo risco. Isto é refletido na proporção expressiva de títulos públicos federais na carteira de aplicações da BM&FBOVESPA, sendo adquiridos de forma direta, via operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e também por intermédio de fundos exclusivos e abertos. Assim, de forma geral, a BM&FBOVESPA tem por princípio direcionar a maior parte de suas aplicações em ativos financeiros conservadores, de altíssima liquidez e risco soberano, cuja performance geral esteja atrelada à taxa Selic/CDI.

b. Garantias recebidas em operações

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Em 31 de dezembro 2010, as garantias depositadas totalizavam R\$143.087.657 (31 de dezembro de 2009 - R\$101.640.805; 1º de janeiro de 2009 - R\$125.676.805), compostas conforme segue:

Clearing de Derivativos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	76.979.261	53.754.858	89.760.722
Cartas de Fiança	3.538.492	1.479.341	3.690.835
Ações	4.934.328	3.351.593	2.678.991
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.150.998	1.307.762	2.161.736
Ouro	105.958	60.865	319.831
Garantia em moeda (1)	652.290	555.106	327.644
Outros	173.340	95.938	108.008
Subtotal	87.534.667	60.605.463	99.047.767

Clearing de Câmbio

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	3.855.147	3.766.090	3.550.223
Garantia em moeda (1)	66.520	-	174.060
Subtotal	3.921.667	3.766.090	3.724.283

Clearing de Ativos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	928.786	832.125	1.423.484

Clearing de Ações e Renda Fixa Privada

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	22.749.941	15.665.732	10.185.946
Ações	25.809.847	17.208.344	9.101.835
Títulos Internacionais (2)	736.905	1.944.896	1.219.499
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	580.066	997.944	467.649
Cartas de Fiança	448.054	296.442	239.625
Garantia em Moeda (1)	235.806	247.230	101.927
Outros	141.918	76.539	164.790
Subtotal	50.702.537	36.437.127	21.481.271
Total	143.087.657	101.640.805	125.676.805

(1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

(2) Títulos do governo norte-americano e alemão, bem como ADRs (*American Depositary Receipt*).

c. Outras informações - Fundo de liquidação de operações (Clearing de Derivativos)

É formado por recursos aportados pelos membros de compensação, com a finalidade exclusiva de garantir as operações, podendo ser constituído por cartas de fiança bancária, títulos públicos e privados, dinheiro, ouro e outros ativos, a critério da BM&FBOVESPA. As garantias representadas por títulos e demais ativos dependem de aprovação prévia da BM&FBOVESPA. A responsabilidade de cada membro de compensação é solidária e limitada, individualmente. O Fundo de Liquidação de Operações apresenta a posição a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	354.256	314.304	324.980
Cartas de Fiança	35.012	33.000	30.000
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	14.700	20.200	18.560
Ações	4.541	6.634	7.763
Ouro	-	2.925	1.928
Garantias em moeda (1)	-	1.050	4.005
Valores depositados	408.509	378.113	387.236
Valores que garantem a participação do membro de compensação / negociador	(313.000)	(319.500)	(333.500)
Garantias excedentes	95.509	58.613	53.736

(1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

A contribuição mínima requerida de cada membro de compensação é de R\$2.000, R\$3.000 e R\$4.000, conforme seja detentor de direito de liquidação tipo 1, tipo 2 ou tipo 3, respectivamente, na Clearing de Derivativos. Adicionalmente, é exigido de cada membro de compensação R\$500 por participante com direito de negociação sob sua responsabilidade. O valor total depositado para o Fundo de Liquidação de Operações é de R\$408.509 (31 de dezembro de 2009 - R\$378.113; 1º de janeiro de 2009 - R\$387.236), sendo que o restante se refere aos excedentes das garantias depositadas não executáveis.

d. Fundo de desempenho operacional (Clearing de Derivativos)</



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

Total de opções exercidas

Com relação ao plano migrado para BM&FBOVESPA, 5.253.946 opções foram exercidas no exercício, conforme tabela a seguir:

Mês de exercício em 2010	Preço médio de mercado (R\$)	Quantidades exercidas
Janeiro.....	13,17	1.168.600
Fevereiro.....	12,51	424.600
Março.....	11,84	680.500
Abril.....	11,78	261.300
Maio.....	11,55	211.000
Junho.....	11,85	1.500
Julho.....	11,76	7.500
Agosto.....	13,18	306.900
Setembro.....	14,13	24.000
Outubro.....	14,14	131.500
Novembro.....	-	-
Dezembro.....	12,80	2.036.546
Total de opções exercidas em 2010.....	5.253.946	
Total de opções exercidas em 2009.....	4.127.596	

No que tange o plano da BM&FBOVESPA, 1.850.935 opções foram exercidas no exercício, conforme tabela a seguir:

Mês de exercício em 2010	Preço médio de mercado (R\$)	Quantidades exercidas
Janeiro.....	13,07	90.213
Fevereiro.....	12,51	108.252
Março.....	11,76	122.748
Abril.....	11,82	213.195
Maio.....	11,55	143.750
Junho.....	11,97	80.000
Julho.....	11,94	245.119
Agosto.....	12,99	207.101
Setembro.....	13,84	323.205
Outubro.....	14,37	176.026
Novembro.....	13,65	29.376
Dezembro.....	12,90	111.950
Total de opções exercidas em 2010.....	1.850.935	
Total de opções exercidas em 2009.....	1.143.425	

Movimentação consolidada

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo inicial.....	23.952.817	19.374.938	19.226.388
Opções outorgadas.....	-	9.947.000	4.531.850
Opções exercidas.....	(7.104.881)	(5.271.021)	(4.383.300)
Opções canceladas.....	(537.199)	(98.100)	-
Saldo final.....	16.310.737	23.952.817	19.374.938

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente 0,82% (2009 - 1,16%).

Efeitos decorrentes do exercício de opções

Descrição	2010	2009
Valor recebido pela venda de ações - Opções exercidas.....	16.384	10.044
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas.....	(51.314)	(30.903)
Nota na alienação de ações.....	(34.930)	(20.859)

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a BM&FBOVESPA considerou de forma consistente ao longo do tempo os seguintes aspectos:

- O modelo de opções de ações outorgado pela BM&FBOVESPA permite exercício antecipado a partir de determinada data no futuro (data de vesting), compreendida entre a data de outorga e a data máxima para exercício;
- O ativo objeto das opções paga dividendos entre a data de outorga e a data máxima para exercício.

Dessa forma, a opção considerada apresenta características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de vesting e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de vesting e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo Bermuda ou Mid-Atlantic, e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes. Com relação ao

de pagamento de dividendos, deve-se levar em conta dois efeitos sobre o preço da opção considerada: (i) a queda no valor das ações após as suas datas ex-dividendos e; (ii) a influência desses pagamentos sobre a decisão de exercício antecipado.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial para a determinação do valor justo das opções concedidas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos do modelo de Black & Scholes para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram:

- As opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes planos;
- Para estimativa da taxa de juros livre de risco foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção;
- A negociação de opções das ações objeto dos respectivos programas possuía baixa liquidez nas datas de outorga e, assim sendo, as volatilidades implícitas nesses contratos são pouco representativas, não sendo viável utilizá-las como estimativa de volatilidade. Por ser uma entidade recém listada à época de outorga dos planos, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista inclusive os prazos contratuais de exercício. Dessa forma, a BM&FBOVESPA utilizou como estimativa de volatilidade de suas ações a volatilidade implícita de entidades similares (bolsas de valores internacionais) com liquidez suficiente que garanta a qualidade dos dados apurados;
- O preços das ações foram ajustados, de forma a incorporar o efeito do pagamento de dividendos; e
- e) Como prazo de vencimento das opções foi utilizado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Previdência complementar

O Fundo de Pensão Multipatrocinado das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (Mercaprev) é estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo como entidades patrocinadoras Adeval, Ancor, BM&FBOVESPA, Sindival e as corretoras Theca, Souza Barros e Talarico. O valor da contribuição para o período findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$3.166 (2009 - R\$2.830) na BM&FBOVESPA e no consolidado.

19. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	BM&FBOVESPA e Consolidado	
Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.....	5.795	4.742
Constituição sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	34.125	35.285
Redução do valor recuperável sobre investimento em ações no CME Group (1).....	-	237.283
Amortização de ágio (2).....	-	76.702
Outras diferenças temporárias.....	14.767	6.514
Total do ativo diferido.....	54.687	283.824
Amortização de ágio (2).....	(702.371)	(257.216)
Variação cambial sobre emissão de dívida no exterior.....	(20.246)	-
Marcação a mercado do disponível para venda.....	-	(39.870)
Outros.....	(9.457)	(3.844)
Total do passivo diferido.....	(732.074)	(300.930)

(1) Ativo diferido constituído em dezembro de 2008 sobre o reconhecimento de perda no valor recuperável (R\$ 697.893) quando da classificação das ações do CME Group como disponível para venda, conforme descrito na Nota 26 ii)(a). Com a aquisição de participação adicional no CME Group, em julho de 2010, a perda no valor recuperável e o respectivo ativo diferido foram integralmente revertidos contra lucros acumulados, face à mudança de classificação para o grupo não circulante (investimento em coligada), como resultado da aquisição adicional da participação.

(2) Passivo diferido de imposto de renda e contribuição social decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

Movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido:

	BM&FBOVESPA e Consolidado	
Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Amortização de ágio e contingências.....	(80.879)	(359.354)
Total.....	76.702	76.702
Adições.....	(565)	(1.172)
Ajustes Lei 11.638/07 (Plano de opções de ações).....	(4.742)	(283.824)
Despesas não dedutíveis - permanentes.....	(1.053)	(8.146)
Exclusões.....	-	237.283
Equivalência patrimonial.....	(5.795)	(54.687)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	-
Outros (1).....	(848)	36.793
Total.....	(448.029)	(304.505)

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social 1.592.515
Imposto de renda e contribuição social antes das adições e exclusões, calculados à taxa nominal de 34% (541.455)
Adições: (22.087)
Ajustes Lei 11.638/07 (Plano de opções de ações) (10.513)
Despesas não dedutíveis - permanentes (11.574)
Exclusões: 116.361
Equivalência patrimonial 13.001
Dividendos e juros sobre capital próprio 103.360
Outros (1) (848)

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício (448.029)

(1) Durante o segundo trimestre de 2009, foram reconhecidos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$35.503 relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da antiga Bovespa Holding, não aproveitados à época da incorporação em razão de entendimentos sobre a limitação para aproveitamento de apenas 30% do lucro líquido ajustado. A BM&FBOVESPA reavaliou esse procedimento durante 2009 juntamente com seus consultores jurídicos, com base no entendimento de que esta limitação não se aplicaria aos casos de incorporação da pessoa jurídica, pois nestes casos não há a continuidade da BM&FBOVESPA e, portanto, inexistiu limitação para o aproveitamento da totalidade do prejuízo fiscal existente. Assim, a BM&FBOVESPA efetuou o registro dos referidos créditos fiscais.

(d) Regime Tributário de Transição

Por meio da Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09, foi instituído o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, o qual trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07. A BM&FBOVESPA fez a opção pelo RTT quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ) do ano calendário de 2008. Com a opção pelo RTT, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para o biênio 2008-2009 continuaram a ser determinadas de acordo com os dispositivos da Lei 6.404 vigentes em 31 de dezembro de 2007. A partir de 2010, o RTT passou a ser obrigatório e consistente com as práticas adotadas em 2008 e 2009.

	Segmento Bovespa	Segmento BM&F	Produtos Corporativos	Outras	Institucional	Consolidado
Receita operacional bruta.....	1.049.300	722.065	300.314	30.875	-	2.102.554
Deduções da receita.....	(101.895)	(76.348)	(29.341)	(5.213)	-	(212.797)
Receita operacional líquida.....	947.405	645.717	270.973	25.662	(633.504)	1.889.757
Depreciação e amortização.....	-	-	-	-	(54.818)	(54.818)
Despesas administrativas e gerais.....	-	-	-	-	(578.686)	(578.686)
Resultado operacional.....	-	-	-	-	(633.504)	1.256.253
Resultado de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	38.238	38.238
Resultado financeiro.....	-	-	-	-	298.024	298.024
Imposto de renda e contribuição social.....	-	-	-	-	(448.029)	(448.029)
Lucro líquido do exercício.....	947.405	645.717	270.973	25.662	(745.271)	1.144.486

	Segmento Bovespa	Segmento BM&F	Produtos Corporativos	Outras	Institucional	Consolidado
Receita operacional bruta.....	837.326	534.189	259.710	41.669	-	1.672.894
Deduções da receita.....	(84.086)	(56.078)	(23.900)	(6.286)	-	(170.350)
Receita operacional líquida.....	753.240	478.111	235.810	35.383	(569.832)	1.502.544
Depreciação e amortização.....	-	-	-	-	(42.396)	(42.396)
Despesas administrativas e gerais.....	-	-	-	-	(527.436)	(527.436)
Resultado operacional.....	-	-	-	-	(569.832)	932.712
Resultado financeiro.....	-	-	-	-	253.862	253.862
Imposto de renda e contribuição social.....	-	-	-	-	(304.505)	(304.505)
Lucro líquido do exercício.....	753.240	478.111	235.810	35.383	(620.475)	882.069

ii) Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil com o IFRS:

	BM&FBOVESPA e Consolidado	
Reconciliação do patrimônio líquido	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil.....	19.709.749	19.291.724
Perda no valor recuperável do investimento no CME Group (a).....	(460.610)	(460.610)
Ajuste de marcação a mercado das ações da CME Group classificadas como disponível para venda (b).....	77.396	-
Dividendo adicional contabilizado acima do mínimo obrigatório na data do balanço (c).....	20.000	200.001
Contribuição para constituição da BSM anteriormente tratado como investimento.....	(20.000)	(20.000)
Participação de acionistas não-controladores (d).....	16.358	15.339
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS.....	19.342.893	19.026.459
Consolidado	31/12/2009	

Reconciliação do resultado

Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil.....

Participação de acionistas não-controladores (d).....	881.050
Resultado líquido de acordo com o IFRS.....	882.069

(a) Pelas normas contábeis anteriormente adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, o investimento no CME Group estava registrado pelo custo histórico no Ativo Permanente, de

20. Outras receitas Sistema de negociação e/ou liquidação - Bovespa

Referem-se, principalmente, a receitas de taxas de liquidação de ofertas públicas.

21. Outras receitas operacionais

	BM&FBOVESPA	
Descrição	2010	2009
Dividendos de participação societária - CME Group.....	4.920	12.592
Outras recuperações.....	1.482	892
Seminários e congressos.....	-	4.383
Diversas.....	2.723	1.910
Total.....	9.125	19.777

	Consolidado	
Descrição	2010	2009
Dividendos de participação societária - CME Group.....	4.920	12.592
Rendas com locações de imóveis.....	6.174	5.446
Outras recuperações.....	1.702	779
Seminários e congressos.....	-	4.383
Diversas.....	2.822	3.033
Total.....	15.618	26.233

22. Despesas operacionais diversas

	BM&FBOVESPA	
Descrição	2010	2009
Contribuições e donativos.....	7.135	2.958
Energia elétrica, água e esgoto.....	7.664	7.022
Viagens.....	5.209	3.190
Despesas com provisões diversas.....	2.095	3.778
Baixa do intangível.....	4.802	-
Seguros.....	1.113	677
Despesas legais e judiciais.....	532	430
Outras.....	4.237	3.072
Total.....	32.787	21.127

	Consolidado	
Descrição	2010	2009
Contribuições e donativos.....	7.420	2.953
Energia elétrica, água e esgoto.....	7.859	7.238
Viagens.....	5.745	3.596
Despesas com provisões diversas.....	6.186	4.052
Baixa do intangível.....	4.802	-
Seguros.....	1.115	678
Despesas legais e judiciais.....	548	445
Outras.....	2.630	3.470
Total.....	36.305	22.432

23. Resultado financeiro

	BM&FBOVESPA	
Receitas financeiras	2010	2009
Receita de ativos financeiros mensurados ao valor justo.....	314.935	249.468
Variação cambial.....	2.808	270
Outras receitas financeiras.....	8.314	10.513
Total da receita financeira.....	326.057	260.251

	Despesas financeiras	
Juros de dívida no exterior e empréstimos.....	32.750	562
Variação cambial.....	3.266	10.819
Outras despesas financeiras.....	2.635	3.654
Total da despesa financeira.....	38.651	15.035

	Consolidado	
Receitas financeiras	2010	2009
Receita de ativos financeiros mensurados ao valor justo.....	341.068	276.253
Variação cambial.....	2.808	270
Outras receitas financeiras.....	10.930	13.163
Total da receita financeira.....	354.806	289.686
Despesas financeiras		
Juros de dívida no exterior e empréstimos.....	32.750	562
Despesa de liquidação e custódia (1).....	15.612	18.289
Variação cambial.....	4.395	11.833
Outras despesas financeiras.....	4.025	5.140
Total da despesa financeira.....	56.782	35.824

(1) Saldos relativos ao Banco BM&F.

24. Informações sobre segmentos de negócios

Apresentamos as informações consolidadas com base nos relatórios utilizados para tomadas de decisões da Diretoria Executiva, sendo os segmentos divididos em Bovespa, BM&F, Produtos corporativos, Institucional e Outros.

As receitas e despesas apresentadas estão substancialmente relacionadas a negócios originados no Brasil. A administração não analisa os saldos ativos por segmentos no processo de tomada de decisões.

Segmento Bovespa

Oferece diversos mecanismos e ferramentas para negociação de títulos e valores mobiliários, de renda variável e renda fixa, nos mercados de bolsa e Mercado de Balcão Organizado (MBO). É responsável pela Administração dos únicos mercados de bolsa e MBO nacionais para a negociação de valores mobiliários de renda variável, os quais incluem ações, recibos de ações, certificados de depósito sobre ações de empresas brasileiras ou estrangeiras (BDR - Brazilian Depository Receipts), derivativos sobre ações, bônus de subscrição, cotas de diferentes tipos de fundos de investimentos fechados, cotas representativas de certificados de investimento audiovisual, opções não padronizadas (warrants) de compra e de venda sobre valores mobiliários, e outros títulos e valores mobiliários autorizados pela CVM.

Segmento BM&F

O Segmento BM&F abrange as principais etapas dos ciclos de negociação e liquidação de títulos e contratos, ou seja: (i) sistemas de negociação em ambientes de pregão eletrônico e pregão via internet (WebTrading); (ii) sistemas de registro, compensação e liquidação de operações, integrados a robusto e sofisticado sistema de gerenciamento de risco destinado a assegurar a boa liquidação das operações registradas; e (iii) sistemas de custódia de títulos do agronegócio, de ouro e de outros ativos.

Além disso, esse segmento abrange a negociação de mercadorias, de câmbio pronto, de ativos da dívida pública, dos serviços prestados pelo Banco BM&F e pela Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Produtos corporativos

Referem-se basicamente aos serviços prestados como depositária dos valores mobiliários, bem como empréstimos dos valores mobiliários e listagem de valores mobiliários (registro de emissores de títulos e valores mobiliários para negociação em nossos sistemas), sinais de informações, serviços de classificação de commodities e fornecimento de produtos tecnológicos.

Outras

Referem-se, basicamente, as receitas geradas pelos negócios de suas controladas e por dividendos de participação societária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

A partir de julho de 2010, concomitantemente ao aumento da participação no CME Group de 1,78% para 5%, o investimento passou a ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(c) De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a parcela que exceder ao dividendo (inclui juros sobre o capital próprio) mínimo obrigatório deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica até deliberação definitiva dos acionistas. De acordo com o CPC 25/IAS 37, um passivo somente deve ser reconhecido quando existe uma obrigação legal.

(d) Apresentação das demonstrações financeiras (CPC 26/IAS 1)

A participação dos acionistas não controladores foi reclassificada ao patrimônio líquido.

(e) CPCs/IFRS implementados que não geraram efeitos patrimoniais e no resultado:

i. Informação por segmento (CPC 22/IFRS 8) - A BM&FBOVESPA está divulgando as demonstrações financeiras consolidadas por segmento operacional (Nota 24);

ii. Lucro por ação (CPC 41/IAS 33) - O lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do período e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

(f) Isenções à aplicação retrospectiva completa

Na preparação dessas informações financeiras de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a BM&FBOVESPA aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis brasileiras que descrevemos abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37/IFRS 1.

As principais isenções constantes no CPC 37/IFRS 1, não se aplicam à BM&FBOVESPA em face dos motivos a seguir mencionados:

i. Combinação de negócios - A BM&FBOVESPA aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não representou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição;

ii. Custo atribuído do ativo imobilizado - A BM&FBOVESPA optou por utilizar os valores registrados de acordo com as práticas contábeis anteriores, e não utilizou a isenção de custo presumido na data de transição;

iii. Arrendamentos - A BM&FBOVESPA optou por revisar os contratos, dentro do escopo do IFRIC 4, considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente já estavam alinhadas;

iv. Pagamento baseado em ações - As práticas contábeis brasileiras já se encontram alinhadas; e

v. Ativos e passivos de controladas - A adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas.

(g) Exceções à aplicação retrospectiva

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

27. Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IAS 32, “Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações”	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital”	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2010.
Alteração no IFRS 1 - “Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez”	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	Aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2010.
IAS 24 - “Divulgações de Partes Relacionadas” (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - “Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provenimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação”	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser representados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

28. Evento subsequente

Em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração propôs a distribuição de R\$406.086 de dividendos complementares relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INFORMAÇÕES INICIAIS

O Comitê de Auditoria da BM&FBOVESPA S.A. é órgão estatutário que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por cinco membros eleitos, a cada dois anos, pelos conselheiros que levam em consideração os critérios de independência constantes da legislação aplicável e as melhores práticas internacionais.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

A Administração da BM&FBOVESPA S.A. (doravante também referida como “BVMF”) é responsável pela definição e pela implementação de sistemas de informações gerenciais que produzam as demonstrações financeiras, preparadas com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração é também, responsável pelos processos, pelas políticas e pelos procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, a níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A auditoria interna tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da BVMF e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras com vistas a emitir opinião sobre a aderência das mesmas aos princípios contábeis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, sem prejuízo de outros relatórios que também é incumbida de preparar, como os das revisões limitadas trimestrais.

As funções do Comitê de Auditoria estão descritas no artigo 47 do Estatuto Social, que abrange os deveres definidos na Instrução CVM 461/07.

O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da Administração, as representações feitas pela Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, e os resultados dos trabalhos dos auditores internos e dos auditores independentes.

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria reúne-se mensalmente em sessões ordinárias. No ano de 2010, o Comitê realizou 12 sessões ordinárias e 2 sessões extraordinárias, nas quais foram feitas 45 reuniões com os membros da Diretoria, auditores internos e independentes, e outros interlocutores. O Coordenador do Comitê reuniu-se 5 vezes com o Conselho de Administração.

Reuniões com a Administração

O Comitê reuniu-se com os diretores e suas respectivas equipes para discutir as estruturas, o funcionamento das respectivas áreas, seus processos de trabalho, eventuais deficiências nos sistemas de controles e planos de melhorias. Dentre as matérias que demandaram mais atenção do Comitê, destacam-se, em particular, discussões sobre:

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Primeira adoção das normas CPC (IFRS): as demonstrações financeiras trimestrais de 30/09/10 foram as primeiras nas quais a BVMF aplicou na íntegra os pronunciamentos vigentes emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (órgão normatizador contábil brasileiro) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/10 são as primeiras preparadas nesse novo ordenamento contábil para um exercício social completo. Em decorrência, foram analisadas pelo Comitê de Auditoria e discutidas com a Diretoria Executiva da BVMF e com os auditores independentes as principais adaptações requeridas, com destaque para análise das questões relativas (i) à nova classificação contábil, e consequente alteração no critério de mensuração do investimento no CME Group em função do aumento da participação da BVMF no capital da CME; e (ii) as novas divulgações requeridas pelos citados pronunciamentos CPC;
- Reapresentação das ITRs de 31/03/10 e 30/06/10 em função da adequação ao novo ordenamento contábil brasileiro: o Comitê de Auditoria analisou os ajustes e novas divulgações daí decorrentes;
- Acompanhamento de questões relativas aos controles gerais de tecnologia da informação (TI). Dada a grande relevância da gestão de TI para a BVMF, o Comitê dedicou grande parte do seu tempo às seguintes atividades:
 - Discussão sobre o resultado da avaliação independente do grau de maturidade dos controles gerais de TI;
 - Sessões de avaliação do progresso dos Planos de Ação existentes para a correção de situações já mapeadas, com o Diretor Executivo de Operações e Tecnologia e principais executivos da sua equipe;
 - Discussão com a auditoria interna sobre as conclusões dos trabalhos de consultoria externa especializada e de processos específicos selecionados pela Diretoria Executiva.
- Reestruturação da Auditoria Interna.

Reuniões com os auditores independentes

Com os auditores independentes, o Comitê reuniu-se para se informar sobre a política de manutenção da independência na execução dos trabalhos e decidir sobre a inexistência de conflitos de interesse em trabalhos a eles solicitados pela Diretoria Executiva. Foram, ademais, discutidos pelo Comitê de Auditoria com referidos auditores independentes: a análise de risco de auditoria por eles efetuada, o planejamento dos trabalhos visando a estabelecer a natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, os possíveis pontos de atenção identificados e como seriam atendidos.

Ao término dos trabalhos de cada revisão limitada das Informações Trimestrais (ITR) ao longo de 2010, bem como dos trabalhos preliminares e no início dos trabalhos da respectiva fase final da auditoria de 31/12/2010 foram rediscutidas, em reuniões específicas, as áreas de risco de auditoria remanescentes e os procedimentos de auditoria respectivos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2011

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	São Paulo, 17 de fevereiro de 2011
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Edison Arisa Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0

Todos os pontos considerados relevantes foram abordados, com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle. Uma das questões pontuais discutidas com os Auditores Independentes e que merece destaque refere-se à análise de maturidade dos processos de TI por eles efetuada com base no referencial “CobiT - Control Objectives for Information and related Technology”.

Reuniões com a auditoria interna

Em reuniões do Comitê com o Diretor de Auditoria Interna, foram discutidos:

- As prioridades para o Plano de Auditoria com foco nos principais riscos e processos para os negócios da BVMF;
- Metodologia de trabalho;
- Formatos dos relatórios, formas de comunicação dos trabalhos realizados e;
- Distribuição das horas disponíveis da equipe às diversas frentes de trabalho sob sua responsabilidade.

O Comitê de Auditoria aprovou o Plano de Trabalho da auditoria interna para o exercício de 2011.

O Diretor de auditoria interna é convidado permanente para as reuniões do Comitê de Auditoria.

COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria continua acompanhando, prioritariamente, o progresso nos processos e controles de tecnologia da informação e os planos de ação de médio e longo prazos.

Os desafios à frente continuam sendo os de constante organização de equipes com objetivos claramente definidos, cumprimento de prazos de implementação dos planos de ação e gestão ordenada da transição das plataformas de negociação de produtos BVMF para os novos sistemas em processo de desenvolvimento.

O Comitê de Auditoria mantém a recomendação da ênfase no gerenciamento das transições na área de tecnologia da informação.

CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, baseado nos planejamentos apresentados pelos auditores independentes e pelos auditores internos, e nas discussões subsequentes sobre os resultados, julgou que os trabalhos desenvolvidos por aquelas equipes foram adequados.

O Comitê de Auditoria é de opinião que os controles internos que orientaram o processo de preparo das demonstrações financeiras de 31/12/2010 são satisfatórios.

O Comitê de Auditoria julga que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31/12/2010, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

L. Nelson Carvalho Coordenador e membro independente do Comitê
Marcelo Fernandez Trindade Membro independente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. e membro do Comitê

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arminio Fraga Neto Presidente do Conselho de Administração	Edemir Pinto Diretor Presidente	Amarilis Prado Sardenberg Diretoria Executiva de Clearings, Depositária e de Risco
Marcelo Fernandez Trindade Vice-Presidente do Conselho de Administração	Eduardo Refinetti Guardia Diretoria Executiva Financeira, Corporativa e Relações com Investidores	Cícero Augusto Vieira Neto Diretoria Executiva de Operações e TI
Conselheiros	Marta Alves Diretoria Executiva de Produtos	José Antonio Gragnani Diretoria Executiva de Desenvolvimento e Fomento de Negócios
Candido Botelho Bracher	Luis Stuhlberger	Paulo Giovanni Claver Contador - CRC 1SP 134320/O-5
Claudio Luiz da Silva Haddad	Renato Diniz Junqueira	
Craig Steven Donohue	René Marc Kern	

DIRETORIA EXECUTIVA

Edemir Pinto Diretor Presidente	Amarilis Prado Sardenberg Diretoria Executiva de Clearings, Depositária e de Risco
Eduardo Refinetti Guardia Diretoria Executiva Financeira, Corporativa e Relações com Investidores	Cícero Augusto Vieira Neto Diretoria Executiva de Operações e TI
Marta Alves Diretoria Executiva de Produtos	José Antonio Gragnani Diretoria Executiva de Desenvolvimento e Fomento de Negócios
Paulo Giovanni Claver Contador - CRC 1SP 134320/O-5	